

P 151
C 26
T
805

Karl-Otto Apel

Transformação da Filosofia

2: O a priori da comunidade de comunicação

Tradução
Paulo Astor Soethe (UFPR)



Titulo original:

Transformation der Philosophie

Band 2: Das Apriori der Kommunikationsgemeinschaft

© Suhrkamp Verlag Frankfurt am Main 1973

ISBN: 3-518-27765-0

Revisão

Amós Nascimento

Diagramação

So Wai Tam

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335

04299-970 São Paulo, SP

☎ (0**11) 6914-1922

FAX: (0**11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br

e-mail: loyola@ibm.net

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-02049-1

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2000

De Kant a Peirce: A transformação semiótica da lógica transcendental

I. Introdução: a dimensão transcendental da “logic of science” moderna

Ao se comparar a *Crítica da razão pura* de Kant, enquanto epistemologia, com a lógica científica de nossos dias, seria possível constatar como ponto de diferença mais acentuada a distinção metodológica entre análise da consciência e análise linguística: para Kant, trata-se de tornar compreensível a *validação objetiva* da ciência; com esse fim, ele até mesmo substitui a *psicologia* cognitiva empirista de filósofos como Locke e Hume por uma *lógica* cognitiva “transcendental”, muito embora seu método de pesquisa continue referenciado ao “ponto mais alto”, tal como ele mesmo o chama, de uma *unidade da consciência* em meio à “síntese transcendental da *apercepção*”; e de acordo com essa antecipação Kant vem substituir as leis associativas psicológicas de Hume pelas *regras a priori* fundadoras de uma unidade objetiva, que são também regras das capacidades psíquicas, tais como “intuição”, “imaginação”, “intelecto”, “razão”.

Tudo muito diferente do que ocorre na *logic of science* moderna: nesta, está ausente não apenas o discurso acerca de capacidades

psíquicas, mas também quase se elimina por completo o problema da consciência enquanto sujeito da cognição científica (por oposição a seus objetos). Em lugar desses requisitos da “lógica transcendental” de Kant, tal como alguns modernos gostariam de pensar, não entrou em ação, por exemplo, “a” lógica formal única em sua renovação matemática, mas sim — se observarmos bem — a “sintaxe” e a “semântica lógica” das *linguagens* científicas. Essas linguagens científicas como *semantical frameworks* são o novo substrato das regras a priori, nas quais se decide previamente sobre a descrição e elucidação possível das “coisas, à medida que elas formam uma concatenação legítima”¹; e o problema kantiano da validação objetiva da cognição científica para uma “consciência em geral” deveria ser resolvido na *logic of science* moderna pela “justificação” lógico-sintática e lógico-semântica de proposições (hipóteses) ou teorias científicas, ou seja, pelo asseguramento de sua consistência lógica e de sua verificabilidade empírica (ou, para ser mais cauteloso: de sua confirmabilidade empírica).

Um ponto alto dessa reconstrução sintático-semântica da epistemologia (do ponto de vista da história da filosofia) torna-se visível, a meu ver, quando se faz a pergunta sobre o que se tornou a “consciência em geral” kantiana — ou seja, o sujeito transcendental da ciência — na *logic of science* moderna. Oficialmente, a resposta deveria ser: um pressuposto como este não é mais necessário. À medida que se trata aqui do ser humano como sujeito, o sujeito da ciência pode ser reduzido a um objeto da ciência; à medida, porém, que se trata de uma condição lógica de possibilidade e validade da ciência, então a função transcendental de sujeito passa a ser substituída pela função da lógica das ciências da linguagem: lógica da linguagem e testabilidade de proposições ou de sistemas proposicionais entram juntos em cena, em substituição à lógica transcendental kantiana da experiência objetiva.

Entretanto, essa obviedade oficial da *logic of science* moderna há muito tempo já não dá conta de sua efetiva situação-problema; ela

1. Sobretudo cf. R. Carnap, “Empirism, Semantics and Ontology”, in: *Meaning and Necessity*, Chicago e Londres 1956.

implica um momento ideológico em que se acoberta o fracasso do programa original da *logic of science* moderna, ou seja, o fracasso do “empirismo lógico”: só se pôde defender a sério a destituição da função transcendental do sujeito da cognição por uma lógica única da linguagem científica enquanto se sustentou a esperança de que a intersubjetividade da validação possível de toda a ciência empírica poderia ser assegurada pela sintaxe e pela semântica da linguagem-“coisa” única, ou da linguagem factual única². Foi justamente esse o ponto alto em virtude do qual o jovem Wittgenstein sentiu-se autorizado no *Tractatus* a chamar de “transcendental” a “lógica da linguagem”, em uma alusão a Kant³, e a igualar o sujeito da ciência (como algo que “não existe”) à função delimitadora do mundo⁴.

Nesse ínterim evidenciou-se, no entanto, que a sintaxe e a semântica de uma linguagem-“coisa” ou de uma linguagem factual não podem assegurar nem a consistência lógica nem (muito menos)

2. O *neo-leibnizianismo* da redução da lógica transcendental da *experiência* à lógica formal da *descrição* lingüística ganha expressão já na redução da “linguagem-coisa” ou da “linguagem-acontecimento” a uma linguagem “factual”, tal como introduzida no *Tractatus* de L. Wittgenstein e desdobrada na semântica construtiva — por exemplo, na reconstrução da “elucidação de acontecimentos” empreendida por Hempel, através da derivação lógica dos respectivos “fatos da observação”. Aqui, a pergunta quanto à *validação* da cognição, como pergunta acerca da *fundamentação* lógica e empírica de *fatos* descritíveis, é novamente separada da pergunta kantiana quanto às condições *subjetivas* de *possibilidade* da experiência de coisas ou de acontecimentos — como se fosse possível reduzir essa última pergunta a uma pergunta psicológica sobre o surgimento da cognição (separação entre o *context of discovery* e o *context of justification*). — Uma tal redução da lógica *transcendental* pela *logic of science* (sintático-semântica) também parece carecer de correção por meio de uma lógica da linguagem, complementada de maneira transcendental-pragmática; isso já é sugerido pelo próprio fato de que a reconstrução *sintático-semântica* da elucidação causal de acontecimentos pelo modelo dedutivo-nomológico da derivação de fatos até hoje não tenha sido capaz de oferecer um critério para a diferenciação entre proposições universais e generalizações de sintomas, de um lado, e enunciados normativos relevantes para a elucidação, de outro. Ai, ao que parece, evidenciam-se as más consequências trazidas pela abstração irrefletida da dimensão *pragmática* do discurso causal da ciência experimental, que chega a suas *hipóteses normativas relevantes* por meio da abdução (Peirce), com base no fio condutor heurístico da *categoria de causalidade*. — Quanto a isso, v. A. Wellmer, “Erklärung und Kausalität” (tese inédita de livre-docência), e ainda K.-O. Apel, “Das *abduktiv-nomologische* Modell der Kausal-Erklärung” (texto inédito de uma conferência).

3. L. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, § 6.13.

4. Ibidem, § 5.62, 5.631, 5.632, 5.64.

a testabilidade intersubjetiva e empírica da ciência. Em dois pontos, sob a expressão *convenções práticas*, ficou clara a necessidade de se conferir validação à assim chamada *dimensão pragmática* da interpretação dos signos feita por pessoas, como sendo condição de possibilidade e validade de proposições científicas:

1) Isso ocorreu, de uma parte, no assim chamado problema da *verificação*, em que se deveu vincular aos "fatos" a linguagem logicamente reconstruída; evidencia-se nesse ponto que a forma linguístico-analítica da filosofia da ciência moderna tem por consequência justamente o fato de só se poderem confrontar as teorias científicas, a fim de testá-las, com as assim chamadas proposições de base, e não com os fatos nus e crus. Para validá-las de fato, no entanto, é necessário que haja um *acordo mútuo* entre os especialistas da ciência como intérpretes pragmáticos da ciência, ou seja: como *sujeitos* da ciência, já que eles não podem ser reduzidos a objetos da ciência empírica. Ora, a linguagem desse acordo mútuo quanto às proposições de base não pode ser idêntica à linguagem científica reconstruída, no sentido da semântica lógica; mais que isso, essa linguagem do entendimento mútuo precisa coincidir de maneira prática com a linguagem ainda não formalizada, que os construtores de linguagens e os cientistas empíricos têm que utilizar, quando pretendem buscar um acordo quanto à interpretação pragmática da própria linguagem científica.

2) Com isso, porém, já se está caracterizando o segundo ponto (mais fundamental ainda) em que deve necessariamente fracassar a substituição da função subjetiva transcendental pelas regras sintático-semânticas da linguagem-coisa ou da linguagem factual única: ocorre que a linguagem científica formalizada não pode fazer uso da forma lógica "da" linguagem ou "do" mundo, sobre a qual não se pode mais refletir; ela agora precisa antes de mais nada ser empregada e legitimada como um *semantical framework*, por cientistas que a interpretem de maneira pragmática em uma metalinguagem.

Com isso, porém, fica comprovado, a meu ver, que a dimensão signífica pragmática, introduzida por Ch. Morris na *logic of science*, não pode ser apreendida como um tema da psicologia empírica,

como ainda ocorre no empirismo lógico⁵; e que ela, antes de mais nada, representa na *logic of science* moderna o termo análogo à “síntese transcendental da apercepção” postulada por Kant. Da mesma forma que Kant, em sua condição de analista da consciência e face a toda crítica cognitiva, precisou postular a necessidade de que se pudesse alcançar algo como a unidade entre a (auto)consciência e o ser do objeto, também os lógicos modernos da ciência, que partem de uma base de reflexão semiótica ou lingüístico-analítica, precisaram postular a necessidade de que se pudesse alcançar algo como uma *interpretação* do mundo intersubjetivamente unificada, pela via da *interpretação* dos signos.

(Representantes da filosofia “analítica” moderna talvez pretendessem fazer aqui a ressalva de que a diferença entre a filosofia da ciência moderna e a de Kant está justamente na impossibilidade de se exigir uma unidade transcendental da interpretação de mundo; seria preciso, sim, contentar-se com um “convencionalismo crítico”, face à interpretação de proposições científicas por parte de especialistas. Creio que K. R. Popper, o Wittgenstein tardio e o Carnap da última fase concordariam quanto a essa restrição.)

De um ponto de vista quase-kantiano, poder-se-ia responder a essa restrição com o seguinte: um “convencionalismo crítico”, ao contrário de um convencionalismo *dogmático* (metafísico), não pode ter o sentido de pretender *reduzir* a cognição a uma *mera* convenção; ele só pode ter o sentido, sim, de diferenciar entre si as convenções dos especialistas (conquistadas aqui e agora por meio de uma prevenção *falibilista*) e o consenso pura e simplesmente intersubjetivo sobre a validação de proposições científicas, almejado desde sempre. Mas reside aí o fato de que o “convencionalismo crítico”, se bem entendido, não exclui o postulado de uma interpretação de mundo pura e simplesmente unificada de maneira intersubjetiva, mas antes a pressupõe. *Falibilismo* é sempre *meliorismo*; e isso quer dizer, entre outras coisas, que a exigência por uma falsificabilidade de

5. Por exemplo cf. W. Stegmüller, *Probleme und Resultate der Wissenschaftstheorie und Analytischen Philosophie*, vol. I: *Wissenschaftliche Erklärung und Begründung*, Heidelberg 1969, princ. cap. VI.

princípio, tal como feita por Popper, não parte da pressuposição metafísica da inutilidade de todos os esforços cognitivos do ser humano, mas sim da pressuposição metodológica da corrigibilidade de todas as proposições ou teorias científicas factualmente alcançáveis. Nessa pressuposição metodológica, porém, já se esconde, como "princípio regulativo" da pesquisa, o postulado quase-kantiano da interpretação de mundo unificada.

A prova dessa interpretação kantiana de Popper pode ser obtida através de outra interpretação correspondente, agora do Wittgenstein tardio. Wittgenstein, em sua fase tardia, também poria em questão o pressuposto transcendental de um "princípio regulativo" que devesse nos conduzir ao objetivo da pesquisa, vendo nele uma "aparência metafórica"; e iria remetê-lo ao fato de que uma regra, afinal de contas, é dependente das convenções dos jogos de linguagem dos que a utilizam⁶. Aqui, embora a interpretação pragmática dos signos pareça ser reconhecida de maneira unívoca como condição de possibilidade e de validade, ela também substitui, em certa medida, o "ponto mais alto" da filosofia transcendental kantiana por um convencionalismo transcendental. Contudo, pode-se ir com Wittgenstein para além de Wittgenstein e reencontrar no caminho uma trilha rumo à filosofia transcendental kantiana. De fato, não é admissível para Wittgenstein hipostasiar um princípio regulador como "unidade ideal do ser", tal como fazem Platão, Frege ou Husserl; por outro lado, a aplicação da regra também não está entregue ao arbítrio decisório subjetivo; pois, segundo Wittgenstein, não é possível que "um único indivíduo e uma única vez" possa "seguir uma regra"⁷. O "jogo de linguagem" correspondente, que se pressupõe para o uso não-arbitrário da regra, ganha dessa forma um *status transcendental* no Wittgenstein tardio.

6. Sobretudo cf. L. Wittgenstein, *Bemerkungen zu den Grundlagen der Mathematik*, ed. teuto-inglesa, Oxford 1956. Quanto a isso, v. W. Stegmüller, *Hauptströmungen der Gegenwartsphilosophie*, Stuttgart/Kröner 1969, pp. 673ss.

7. Cf. Wittgenstein, *Philosophische Untersuchungen*, in: vol. I da edição Suhrkamp. Quanto a isso, v. K.-O. Apel, "Die Entfaltung der 'sprachanalytischen' Philosophie und das Problem der 'Geisteswissenschaften'", pp. 90ss., acima; e do mesmo autor: "Wittgenstein e o problema do Compreender hermenêutico", in: vol. I, p. 395; do mesmo: "Wittgenstein e Heidegger", in: vol. I, pp. 265ss.

Wittgenstein parece crer que esse status precisa ser relativizado, no sentido de um pluralismo de jogos de linguagem como fatos últimos descritíveis. Todavia, pode-se mostrar, de novo com Wittgenstein, que um jogo de linguagem não pode ser descrito como tal com base em uma observação externa, mas somente com base em uma participação no jogo de linguagem, mesmo que distanciada⁸. Daí decorre, no entanto, que o filósofo que pretende enunciar alguma coisa sobre jogos de linguagem em geral pressupõe implicitamente que ele possa comunicar-se em princípio com *todos* os jogos de linguagem. Mas a mesma pressuposição é feita por cada tradutor-intérprete, cada intérprete de textos, cada cientista social e cada cientista da cultura. E a atividade dos filósofos da linguagem, dos cientistas hermenêuticos e dos tradutores-intérpretes não se limita a pressupor a possibilidade precípua da comunicação universal, mas ganha sentido, além disso, tão-somente sob o pressuposto de que essa possibilidade deva ser progressivamente realizada. Daí decorre, porém, que as atividades mencionadas têm que poder pressupor de maneira sensata a idéia do acordo mútuo universal como “princípio regulativo”, em sentido kantiano.

A meu ver, os jogos de linguagem factualmente subsistentes, diversos e inconsistentes, e ainda entretecidos com formas de vida igualmente diversas e inconsistentes, não estão em condições de delinear o contexto determinante postulado por Wittgenstein para o cumprimento de uma regra; é o jogo de linguagem “transcendental” que está em condições de fazê-lo, ou seja, o jogo de linguagem já pressuposto em todos eles, como a condição de possibilidade e de validade do acordo mútuo.

Em sua concepção de jogo de linguagem, Wittgenstein não me parece ter refutado de fato a noção de uma regra transcendental do acordo mútuo, através de sua radicalização do convencionalismo pragmático; ele apenas me parece ter deixado — implicitamente — claro que essa regra não pode ser seguida sem que se trabalhe ao mesmo tempo na construção do jogo de linguagem universal e

8. Quanto a isso, v. princ. P. Winch, *Die Idee der Sozialwissenschaft und ihr Verhältnis zur Philosophie*, Frankfurt 1967.

consistente, e isso em meio aos jogos de linguagem e formas de vida humanos e concretos. Pois embora os jogos de linguagem factualmente subsistentes já pressuponham virtualmente o “entretecimento” de uso lingüístico, práxis comportamental e intelecção de mundo, no sentido de um jogo de linguagem consistente, é somente a superação de todas as barreiras concretas que se impõem aos jogos de linguagem, no sentido de uma comunidade de comunicação ilimitada, que cria as relações sociais capazes de tornar concretamente possível o acordo mútuo universal⁹.

Talvez as sugestões que eu tenha feito até aqui sobre a situação da moderna lógica analítica da ciência sejam capazes de convencer os senhores ouvintes de que essa lógica é atribuída à filosofia transcendental de Kant pelo caminho que perpassa a pragmática dos signos e a problemática aí implícita da intersubjetividade da interpretação de mundo. Caso seja assim, então não lhes deve ter escapado, senhores ouvintes, que o caminho ora sugerido não reporta ao Kant histórico, e nem mesmo a um neokantismo no estilo do século XIX, mas sim a uma transformação lingüístico-analítica ou semiótica da filosofia transcendental.

O problema a que a discussão moderna acabou conduzindo parece consistir em que se renove a pergunta kantiana sobre as condições de possibilidade e de validade da cognição científica como uma pergunta sobre a possibilidade de um acordo mútuo intersubjetivo quanto ao sentido e à verdade de proposições ou sistemas proposicionais. Isso significaria que a crítica kantiana do conhecimento enquanto análise da consciência deveria ser transformada em uma crítica de sentido enquanto análise dos signos; seu “ponto mais alto” não seria a unidade objetiva e já conquistável de *representações* [Vorstellungen] em uma “consciência em geral” intersubjetivamente suposta, mas sim a unidade do acordo mútuo em um consenso [Konsens] intersubjetivo ilimitado que cabia conquistar outrora por meio da interpretação consistente dos signos.

9. Cf. K.-O. Apel, “Szientismus oder transzendente Hermeneutik”, in: *Hermeneutik und Dialektik, Festschrift für H.-G. Gadamer*, Tübingen 1970, I, pp. 140ss. (V. infra, pp. 244ss.).

II. A transformação semiótica de Kant por Peirce

É espantoso que justamente o programa esboçado há pouco, a partir de uma perspectiva do presente, de fato tenha sido desenvolvido até as minúcias por um contemporâneo norte-americano do neokantismo alemão (e pensa-se aqui no programa de uma transformação semiótica da filosofia transcendental). Foi Ch. S. Peirce (o Kant da filosofia norte-americana, como já se pode dizer hoje) quem inaugurou a semiótica tridimensional como fundamento triádico de uma *logic of inquiry* (sendo que essa semiótica havia sido introduzida por Ch. Morris na *logic of science* moderna); e desde o início — desde a derivação semiótica de uma “New List of Categories” em 1867 —, tal fundação ocorreu como reconstrução crítica da *Crítica da razão pura*. Por um lado, encontram-se em Peirce todas as principais características da moderna lógica lingüístico-analítica da ciência: a diferenciação entre o problema da validação ou da justificação na pergunta pelos critérios de sentido e na pergunta pelos critérios de confirmação das proposições científicas; e ainda a substituição da *crítica à metafísica* como *crítica cognitiva* pela crítica à metafísica como *crítica de sentido*. Por outro lado, Peirce mostrou, por oposição à *logic of science* moderna, que as condições de possibilidade e de validade da conhecimento científico não podem ser aclaradas somente através da formalização sintática de teorias e da análise semântica da relação *bivalente* entre teorias e fatos, mas antes de mais nada por um termo análogo à “unidade transcendental da consciência” kantiana (termo análogo e intersubjetivo), presente na dimensão pragmática trivalente da interpretação dos signos.

Muito antes que se comprovasse a insuficiência da base *bivalente* própria à *logic of science* moderna, sintático-semântica, Peirce já havia preparado assim a base *trivalente* de uma lógica científica semiótica, através de sua transformação da filosofia transcendental de Kant; e pode-se mostrar que sua conquista pioneira mais significativa nesse campo recém-aberto da lógica formal e matemática, a *lógica das relações*, encontra seu motivo especulativo na fundação de uma lógica *triádica* da interpretação dos signos.

Caso se parta dos pontos de vista heurísticos desenvolvidos até aqui, então se terá ganhado, a meu ver, um novo horizonte hermenêutico para a interpretação da relação de *Peirce* com *Kant*: quem tem claro desde o início que jamais se trata em *Peirce* de uma interpretação histórico-filológica de *Kant*, mas provavelmente de uma reconstrução do anseio kantiano feita em um outro meio, verá sob uma nova luz as teses de J. von Kempfski¹⁰ e de M. Murphey¹¹, por exemplo, segundo as quais *Peirce* teria entendido *Kant* mal, desde o início.

No âmbito dessa conferência não posso desenvolver *in extenso* minha própria interpretação de *Peirce*¹². Gostaria, porém, de tentar

10. J. v. Kempfski, *Ch. S. Peirce und der Pragmatismus*, Stuttgart 1952.

11. M. Murphey, *The Development of Peirce's Philosophy*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1961.

12. Quanto a isso, v. K.-O. Apel, "Der philosophische Hintergrund der Entstehung des Pragmatismus bei Ch. S. Peirce", in: Ch. S. Peirce, *Schriften I*, Frankfurt 1967, e K.-O. Apel, "Peirces Denkweg vom Pragmatismus zum Pragmatizismus", in: Ch. S. Peirce, *Schriften II*, Frankfurt 1970. — A seguinte representação da transformação de *Kant* proposta por *Peirce* é unilateral, à medida que aponta a substituição dos "princípios constitutivos" de *Kant* pelos "princípios regulativos" para os métodos da conclusão sintética e da formação interpretativa de consensos *ao longo do tempo*. Da mesma forma que um tal direcionamento da transformação (cujas conseqüências são o *falibilismo* de princípio e o *meliorismo* ilimitado da formação teórica) seja característico para *Peirce*, também foi o próprio *Peirce* quem deu início a uma transformação — transcendental-pragmática — das condições de possibilidade constitutivas da experiência experimental em geral — condições que não estão subordinadas a nenhum "falibilismo", dado estarem pressupostas desde o início, quando se trata da falsificação de teorias. Essa transformação certamente não está apoiada, como em *Kant*, sobre o reconhecimento de "proposições sintéticas *a priori*" — já que proposições, para *Peirce*, precisam submeter-se ao falibilismo, no sentido da formação semiótica de consensos *ao longo do tempo* —, mas sim sobre a remissão precípua do *sentido* de *realidade* ao contexto das experiências experimentais e asseguráveis por meio da práxis. — J. Habermas elaborou de maneira tão enérgica quanto unilateral esse aspecto da transformação *peirceana* de *Kant*, e o fez por meio da introdução do âmbito de um "interesse cognitivo técnico" — âmbito que é quase-transcendental e constitutivo do objeto. (Cf. *Erkenntnis und Interesse*, Frankfurt 1968, cap. 5 e 6.) — A meu ver, a tese da conciliabilidade dos dois direcionamentos da transformação *peirceana* de *Kant* é urgentíssima, tanto mais à medida que o primeiro direcionamento legitima a relativização da física clássica por meio de formações teóricas não-clássicas, e à medida que o segundo direcionamento torna compreensível a renovação da fundamentação kantiana da física clássica (inclusive da geometria euclidiana) no sentido de uma "protofísica" (P. Lorenzen). O próprio *Peirce* sugeriu uma interpretação do "*a priori*

esclarecer, em meio ao debate com a crítica de Kempski e Murphey a Peirce, minha tese central de que a abordagem assumida por Peirce pode ser entendida como uma transformação semiótica da “lógica transcendental” de Kant¹³.

Cabe a Jürgen von Kempster o mérito de ter sido o primeiro a analisar de maneira séria a estreita relação de Peirce com Kant, em um livro seu de 1952, intitulado *Ch. S. Peirce und der Pragmatismus* [*Ch. S. Peirce e o pragmatismo*]. Ele demonstrou que Peirce, em 1892, pôde derivar suas três categorias fundamentais (*Firstness*, *Secondness*, *Thirdness*) de uma divisão das funções enunciativas em *singulares*, *duais* e *plurais* (as funções haviam sido descobertas pelo próprio Peirce¹⁴), para depois fazer valer um termo análogo à “dedução metafísica” das categorias de Kant tiradas da tabela de juízos. Von Kempster, por sua vez, é de opinião que essa *dedução* metafísica de certa forma não tem base alguma em Peirce, já que a ela não corresponderia nenhuma “dedução transcendental” das categorias a partir do “ponto mais alto” kantiano, ou seja, da “síntese transcendental da apercepção”¹⁵. Para Peirce o “ponto mais alto” de Kant seria “occult transcendentalism”, e por isso ele não teria podido entender o problema kantiano central — qual seja elucidar a *necessidade* da determinidade categorial de nossas representações —, e nem muito menos resolvê-lo. Por isso Peirce não teria podido realizar a transição das “formas lógicas” para as categorias da experiência e teria, afinal, abandonado a abordagem kantiana segundo a qual se derivam as categorias a partir da lógica, para então substituí-la por uma dou-

metódico” das categorias clássicas no sentido de um *a priori* antropológico instintivo — uma interpretação que voltou a ser atualizada não apenas por N. Chomsky, E. Lenneberg, Piaget e outros, mas que também facilita a conciliabilidade dos dois direcionamentos da transformação de Kant: para Peirce, o *a priori* instintivo é determinante apenas para os primórdios da formação científica de hipóteses, vindo a ser ultrapassado e relativizado mais tarde pela formação teórica condicionada pela reflexão. Quanto a isso, v. minha introd. a *Ch. S. Peirce, Schriften II*, ed. cit., pp. 125ss.

13. Minhas citações de Peirce, como de praxe, seguem os volumes e parágrafos dos *Collected Papers*, vol. I-VI, ed. por Ch. Hartshorne e Paul Weiss, 1931-35, ²1960, vol. VII-VIII, ed. por Arthur W. Burks, 1958, ²1960.

14. Peirce denominou-as “rhemata”, cf. CP, 3.420. — Quanto a isso, v. J. von Kempster, op. cit., pp. 55ss.

15. J. von Kempster, op. cit., pp. 57ss.

trina fenomenológica das categorias e por uma metafísica indutivamente comprobatória das categorias. Com isso, Peirce assume a posição de um *outsider* original no neokantismo da virada do século, ou melhor, em sua dissolução através da “reviravolta rumo aos fenômenos”¹⁶.

Não se pode negar que a análise de von Kempfski ganha muito em plausibilidade, não só através dos paralelos históricos, mas também através do desenvolvimento da filosofia peirceana em sua fase tardia, e em especial através do estabelecimento da fenomenologia como *prima philosophia* e da concepção de uma metafísica da evolução baseada em um “idealismo objetivo”. Entretanto, a imagem é totalmente diferente quando se tomam como ponto de partida os escritos de juventude de Peirce, dos anos 60 e 70, e quando se analisa sob sua luz a classificação hierárquica das ciências que o próprio Peirce irá propor em 1902/03. Mesmo nessa fase, a *fenomenologia* como *prima philosophia* não toma de maneira alguma o lugar da dedução lógica das categorias, mas tem como tarefa a mera ilustração da aplicação virtual dessa dedução, depois de as categorias terem sido previamente deduzidas segundo sua *forma* na *lógica matemática das relações* (que não pertence à filosofia, segundo Peirce!), e antes que possa vir a ocorrer uma *dedução semi-transcendental* de sua validação epistemológica em uma *lógica semiótica da pesquisa*, de caráter normativo.

(Face a tudo isso, é preciso admitir que Peirce não instituiu uma representação integral sistemática de sua filosofia e que isso dá aos intérpretes de fragmentos nem sempre muito consistentes um amplo espaço para reconstruções.) Mas voltemo-nos à transformação de Kant empreendida pelo Peirce da fase inicial:

O próprio von Kempfski faz notar que Peirce — e ele pensa aí no Peirce da fase tardia — teria “encontrado uma espécie de sucedâneo para o ‘ponto mais alto’ de Kant: a categoria *terceiridade*, que Peirce interpreta como um sinônimo para representação” e utiliza, assim, como base de sua lógica¹⁷. Von Kempfski reconhece que a *terceiridade* enquanto representação de algo mediatizada por signos

16. Cf. v. Kempfski, op. cit., pp. 58ss.

17. Von Kempfski, op. cit., p. 59, sobre Peirce, CP, 5.105.

significa para um *interpretant*, na linguagem de Peirce, quase o mesmo que um equivalente da unidade objetiva kantiana das representações para uma autoconsciência. Mas ele crê que a terceiridade continua sendo para Peirce um conceito lógico estrutural abstrato, e que ela não poderia funcionar, em tal medida, como ponto mais alto para uma dedução transcendental. Peirce teria deixado de perceber que a “necessidade da possibilidade de cognição objetiva — é idêntica ao eu (pensante)”, e teria repudiado o ensinamento de Kant de que “a legislação mais elevada da natureza” estaria mesmo em nosso entendimento¹⁸.

Opõe-se a essas teses, no entanto, o fato de o próprio Peirce recorrer expressamente à reviravolta copernicana de Kant, em prol de sua teoria da realidade. Em 1871, ele escreve o seguinte na recensão que faz de Berkeley: “Indeed what Kant called his *Copernican step* was precisely the passage from the nominalistic to the realistic view of reality. It was the essence of his philosophy to regard the real object as determined by the mind. That was nothing else then to consider every conception and intuition which enters necessarily into the experience of an object, and which is not transitory and accidental, as having objective validity”¹⁹.

Correspondendo a essa profissão de fé na “reviravolta copernicana”, Peirce se reporta em 1868 e 1878 ao “princípio máximo dos juízos sintéticos” de Kant, para responder, com a ajuda deles, à pergunta sobre como os juízos sintéticos são possíveis, afinal. Nesse contexto, ele diz: “Whatever is universally true of my experience (...) is involved in the condition of my experience”²⁰.

Mas como essas abordagens visivelmente transcendental-filosóficas de Peirce podem ajustar-se à rejeição do *occult transcendentalism*, citado corretamente por von Kempfski?

A resposta está em que a rejeição do *transcendentalism* por Peirce não se refere de forma alguma à concepção de um “ponto mais alto” da “dedução transcendental”, mas sim ao tipo do proce-

18. Cf. v. Kempfski, op. cit., pp. 60s., 63, 65s.

19. Peirce, CP, 8.15 (grifo nosso).

20. 2.691; cf. 5.223 n.

dimento kantiano, que é psicológico e circular, em sua opinião²¹. As pesquisas de M. Murphey demonstraram de maneira especial que Peirce, em sua longa confrontação intelectual com a obra de Kant, que levou à "New Liste of Categories" (1868), tinha em vista tanto a "dedução transcendental" quanto a "dedução metafísica"; e se von Kempfski acusa Peirce de ter desconsiderado a "síntese transcendental da apercepção", ocorre que se encontra no próprio Peirce, ao contrário, um trecho em que ele acusa Kant de que "his method does not display that direct reference to the *unity of consistency* which alone gives validity to the categories"²².

A expressão "unity of consistency", que Peirce utiliza em sua crítica de Kant, aponta de fato para a direção em que ele mesmo procura o "ponto mais alto" de sua "dedução transcendental": trata-se para ele não da unidade objetiva de *representações*²³ e de uma *ego-consciência*, mas sim da consistência semântica de uma "representação" intersubjetivamente válida dos objetos por meio de signos, que segundo Peirce só se decide na dimensão da *interpretação* dos signos — chamada por Morris de dimensão "pragmática". Peirce, em 1866, caracteriza da seguinte forma a unidade da consistência que ele mesmo procura:

"We find that every judgment is subject to a condition of consistency; its elements must be capable of being brought to a unity. This consistent unity since it belongs to all our judgments may be said to belong to us. Or rather since it belongs to the judgments of all mankind, we may be said to belong to it"²⁴.

21. Eis o que escreve o jovem Peirce em 1861: "Psychological transcendentalism says that the results of metaphysics are worthless, unless the study of consciousness produces a warrant for the authority of consciousness. But the authority of consciousness must be valid within the consciousness or else no science, not even psychological transcendentalism, is valid; for every science supposes that and depends upon it for valid" (cit. cf. Murphey, op. cit., p. 26).

22. Cit. cf. M. Murphey, op. cit., p. 65 (grifo nosso).

23. Por se traduzir o termo kantiano "Vorstellung" ("representação", "noção") como "representation" em inglês, sem qualquer ressalva, acaba se acobertando uma nuance decisiva da interpretação de Kant feita pelo jovem Peirce. Na verdade, essa tradução por si só já implica em Peirce uma transformação semiótica.

24. Cit. cf. M. Murphey, op. cit., p. 89. — Quanto a isso, v. CP. 5.289 n: "...just as we say that a body is in motion, and not that motion is in a body, we ought to say that we are in thought and not that thoughts are in us."

Essa declaração feita por Peirce ainda muito cedo demonstra que a “unidade da consistência” que ele procura aponta para além do “ponto mais alto” de Kant, que reside na unidade pessoal da autoconsciência. — Em 1868, Peirce confirma isso em sua “Theory of Mind”, de caráter semiótico:

“(...) Consciousness is a vague term. (...) Consciousness is sometimes used to signify the *I think*, or unity in thought; but the unity is nothing but consistency, or the recognition of it. Consistency belongs to every sign, so far as it is a sign. (...) There is no element whatever of man's consciousness which has not something corresponding to it in the word. (...) The word or sign which man uses is the man himself. (...) The organism is only as instrument to thought. But the identity of a man consists in the *consistency* of what he does and thinks (...)”

A partir disso, Peirce tira para si a conclusão que o leva ao “ponto mais alto” no sentido da *unidade semiótica da interpretação consistente*:

“(...) the existence of thought now depends on what is to be hereafter; so that it has only a potential existence, dependent on the future thought of the *community*”²⁵.

Mas como se poderá realizar uma “dedução transcendental” (das “categorias” e “princípios” da *experiência* possível) a partir da pressuposição do “ponto mais alto” ora sugerido? As formulações de Peirce não parecem indicar que ele permanece preso a um racionalismo pré-kantiano que confunde a *lógica formal* da linguagem com uma *lógica transcendental* da constituição do objeto?

Essa acusação pode ser lançada com razão contra a *logic of science* lingüístico-analítica moderna (por exemplo, contra sua teoria dedutiva da “Elucidação”, de que se utilize de linguagens formalizadas²⁶); mas ela não atinge Peirce. Ele não considera de modo algum a lógica formal dedutiva dos símbolos conceituais e enunciativos como um substituto suficiente da “lógica transcendental” de

25. Peirce, CP, 5.313-316 (grifo nosso).

26. Cf. p. 181, acima, nota 2.

Kant, mas funda com tal finalidade — e com a ajuda de Kant, como se demonstrará a seguir — uma “lógica sintética da pesquisa”; e postula em sua semiótica semi-transcendental, ao lado dos signos conceituais, dois outros tipos de signos, aos quais cabe possibilitar a transição de estímulos sensitivos e qualidades intuitivas para conceitos ou juízos, respectivamente. Contudo, a verdadeira base dessa transformação da “lógica transcendental” reside em que Peirce, no ano de 1867, deduz, a partir da semiose (como “ponto mais alto” transitório de sua filosofia transcendental), os *três tipos de conclusão* de sua lógica da pesquisa, bem como os *três tipos de signos*, como ilustrações de suas *três categorias fundamentais*²⁷.

Segundo Peirce, a semiose ou representação pode ser explicada, por exemplo, por meio do esquema de definição a seguir: um signo é algo que representa, para um *interpretante*, algo diferente em um certo *aspecto ou qualidade*²⁸.

Aí, segundo Peirce, estão implícitas três categorias:

1) A *qualidade* isenta de relações, em vista da qual se expressa algo *como* algo em seu *ser-assim*, por meio de um signo (categoria *the first*, chamada mais tarde de *firstness*); a essa categoria corresponde o tipo sógnico do “ícone”; este, deve estar implícito — como Peirce demonstrará mais tarde²⁹ — em todo predicado de um juízo experiencial, a fim de que se integre à síntese da representação o teor imagético de uma qualidade universal.

2) A *relação diádica* do signo com os objetos por ele designados (categoria *the second*, denomina *secondness*, mais tarde); a essa categoria corresponde o tipo sógnico “índice”; este — como Peirce demonstrará mais tarde³⁰, enquanto função dos pronomes e dos advérbios, por exemplo — deve estar representado em todo juízo experiencial, a fim de garantir a identificação espaço-temporal dos objetos a serem determinados por predicados.

27. Quanto a isso, v. Murphey, op. cit., cap. III.

28. Entre outros, cf. CP., 5.283, 2.228.

29. Sobretudo cf. 8.41, 3.363, 5.119.

30. Sobretudo cf. 5.287, 5.296, 5.352, 8.41ss.

3) A *relação triádica* do signo como “mediação” de algo para um *interpretant* (categoria *the third*, depois denominada *thirdness*); a essa categoria corresponde o tipo *sígnico* do “símbolo” convencional; ele tem a principal função da síntese como “representação” em conceitos de algo *como* algo. Os conceitos, porém, ficariam vazios sem a integração da função de *ícone* e da função de *índice*, assim como são vazios os conceitos não-eidéticos em Kant. Ao inverso, a função de *ícone* e a função de *índice* são “cegas” sem sua integração à função de *representação*. De fato, só a *interpretação* logra tornar plena de sentido a função de *índice* da pulsação sangüínea ou de uma placa de rua, por exemplo, ou a função de *ícone* de uma imagem, um modelo ou um diagrama. (O que se disse por último, a propósito, já deveria ter sido levado em consideração desde o início pela construção lingüística, da sintaxe e da “semântica”³¹.)

Para que se possa entender em que medida essa dedução semiótica das três categorias fundamentais e dos três tipos de signo realmente contribuem para o esclarecimento das condições de possibilidade e de validade da experiência, é preciso, com Peirce, ordenar os três tipos fundamentais de conclusão às três categorias, ou aos três tipos de signos: à *terceiridade* corresponde a *dedução*, como mediatização racionalmente necessária; à *secundidade*, a *indução*, como confirmação do que é geral pelos fatos apresentáveis aqui e agora; e à *primeiridade*, a *abdução*, como cognição de novas qualidades do ser-assim (também chamada *retrodução* ou *hipótese*).

A complementação (característica para Peirce) da lógica analítica da dedução por uma lógica sintética já se faz perceber nos anos 1860 através de sua confrontação intelectual com o tratado kantiano “O falso sofisma das quatro figuras silogísticas”; neste, já se escondia a convicção de Peirce, assumida de Duns Scotus, segundo a qual o estudo do silogismo deveria preceder ao das formas judicativas, já que só assim se poderiam encontrar as distinções logicamente relevantes entres os juízos³².

31. Quanto a isso, v. minha introd. a Peirce, *Schriften II*, pp. 87ss.

32. Cf. Murphey, op. cit., pp. 56ss.

Muitas conseqüências para a “lógica pragmática da pesquisa” de Peirce decorreram sobretudo de sua descoberta da *abdução* ou *hipótese* (entendida aí como interpretação de Aristóteles³³); nessa descoberta, e com o auxílio de uma premissa universal suposta, entende-se que o que vale para o resultado de uma dedução possível vale também para a premissa contingente de um silogismo: pois a hipótese, segundo Peirce, é a conclusão que *amplia* nossa cognição, em sentido kantiano, e que já está inconscientemente presente no juízo perceptivo. Como toda *abdução* ou *hipótese* pressupõe uma *premissa geral* (ao menos de forma tentativa), e como precisa, portanto, ser empiricamente testável com ajuda da indução, são a *abdução* e a *indução*, juntas, que vêm responder à pergunta feita por Kant (ainda que não de forma explícita), qual seja: como a experiência pode ser *possível e válida*, afinal?³⁴

A *abdução* ou *hipótese* elucida a possibilidade da experiência: faz que a verdadeira *síntese como redução do que há de múltiplo* nos estímulos sensórios e nas qualidades sentimentais tenha êxito como unidade da consistência no juízo experiencial; aqui é preciso que se mediatize, em primeira linha, a função de *ícone* dos predicados proposicionais com o significado *intensional* dos predicados como símbolos; é o que se dá, por exemplo, no juízo experiencial “Aquilo que tem *tal e tal aparência* provavelmente é uma caso de *peste*”. A *indução*, por outro lado, elucida a *validação empírica* dos pressupostos universais da experiência, quer estejam implícitos em juízos perceptivos, quer surjam explícitos como hipóteses normativas; aqui é preciso que se mediatize, em primeira linha, a função de *índice* da linguagem como identificação dos objetos apresentáveis aqui e agora com o significado *extensional* dos predicados como *símbolos de classe*; por exemplo como na proposição de base “Aqui (ou *aquilo ali*) *está* (ou *é*) um caso de *peste*”.

Se em um juízo há uma *hipótese* que possa ser testada empiricamente — por *indução* —, isso, segundo Peirce, pode ser cons-

33. Cf. “Memoranda Concerning the Aristotelian Syllogism”, nov. 1966 (CP, 2.792-807).

34. Cf. CP, 5.348 e 2.690.

tatado experimentalmente mesmo antes da validação empírica do juízo questionável, por meio da *dedução* de conseqüências experienciáveis a partir do sentido universal e legal de um predicado sob a forma de prognoses operacionalmente condicionadas. E um procedimento como esse, que em uma reflexão metacientífica estabelece a conexão entre as fases analíticas e sintéticas da lógica da pesquisa, Peirce o explicita em sua “Máxima pragmática” como o método do *aclaramento de sentido* e da *crítica de sentido*³⁵.

Entre outras coisas, Peirce aplica esse método do aclaramento de sentido ao conceito de “real” em proposições como “O objeto de minha experiência é *real*, e não mera ilusão”; e chega então — em uma explicação senso-crítica da realidade do real, com vista à experiência possível no sentido de sua lógica sintética da pesquisa — à concepção, que lhe é definitiva e peculiar, do “ponto mais alto” de uma *unidade da consistência possível da cognição*. Ela foi expressa por Peirce em uma formulação que precedeu em alguns anos a fundação explícita do pragmatismo:

“The real (...) is that [isto é: the object of the opinion³⁶] which, sooner or later, information and reasoning would finally result in, an which is therefore independent of the vagaries of me and you. Thus, the very origin of the conception of reality shows that this conception essentially involves the notion of a *Community*, without definite limits, and capable of a definite increase of knowledge”³⁷.

Em outras palavras, a “ultimate opinion” da “indefinite Community of investigators” é o “ponto mais alto” da transformação peirceana da “lógica transcendental” de Kant. Nele convergem o postulado semiótico de uma *unidade* supra-individual da *interpretação*, de um lado, e o postulado próprio à lógica da pesquisa de um *asseguramento experimental da experiência* “in the long run”, de outro. O sujeito semi-transcendental dessa unidade postulada é a *comuni-*

35. V. princ. o famoso artigo “How to Make Our Ideas Clear”, de 1878 (CP, 5.388-5.409).

36. Segundo a formulação em CP, 5.407 (de 1878!).

37. CP, 5.311 (1868!).

dade ilimitada de experimentação, que é, ao mesmo tempo, uma comunidade interpretativa ilimitada.

Sob esse último pressuposto, Peirce não pode levar a cabo nenhuma dedução transcendental de "princípios" da ciência como "juízos sintéticos a priori" em sentido kantiano; mas pode tornar plausível, a partir da pressuposição deles, que *princípios a priori* não-relativos sejam desnecessários, e que a afirmação deles conduza a um resto de dogmatismo metafísico: pois Peirce, a partir de sua pressuposição do ponto altíssimo, logra deduzir a validação geral das *conclusões sintéticas* — ou seja, do procedimento metódico de *abdução* e de *indução* "*in the long run*" — como transcendentalmente necessárias. Foi justamente o que ele fez, em 1869 e 1878, quando recorreu de forma análoga ao princípio dos juízos sintéticos — o mais elevado dos princípios kantianos³⁸. Em lugar dos "princípios constitutivos" da experiência, de Kant, são aplicados até certo ponto os "princípios regulativos"; e pressupõe-se aí que com o passar do tempo acabe por se comprovar que os princípios reguladores são mesmo constitutivos. Essa transposição da necessidade e universalidade da validação de proposições científicas para o objetivo do processo de pesquisa possibilita a Peirce eximir-se do ceticismo de Hume sem insistir, com Kant, na necessidade e universalidade de proposições científicas válidas nesse momento. Essas proposições, sob as pressuposições transcendentais de Peirce, podem (e até mesmo devem) ser apreendidas como falíveis e corrigíveis em princípio. (Não há dúvida de que a maioria dos epistemólogos modernos prefere essa concepção de verdade das proposições científicas, que é falibilista e meliorista, sem ser cética, à concepção kantiana, que se prende ao conceito platônico de *episteme*. Nesse ponto a concepção de K. R. Popper é muito semelhante à de Peirce.)

Caso se suponha como justificada a transformação da lógica transcendental apresentada até aqui, então praticamente não se poderá ver como justificada a crítica feita por M. Murphey à compreensão peirceana de Kant, em sua longa monografia sobre Peirce³⁹.

38. Cf. 5.341-352 e 2.690-693.

39. Cf. Murphey, op. cit., pp. 25ss.

Essencialmente, a crítica de Murphey volta-se contra o fato de Peirce, já na juventude, não acompanhar a distinção “crítica” de Kant entre *noumena* e *phainomena*, nem tampouco poder fundamentar que os princípios últimos da ciência sejam juízos sintéticos *a priori* para a experiência possível dos *phainomena*; ele os funda, sim, sobre uma fé (“faith”) prática. — E ainda assim: caso se observe essa situação à luz da transformação da “lógica transcendental” estabelecida por Peirce, afinal de contas, então mesmo o comportamento do jovem Peirce já se mostra conseqüente e legítimo.

1) Do ponto de vista de seu conceito semiótico de cognição, Peirce podia não aceitar a distinção kantiana entre objetos reconhecíveis do mundo dos fenômenos e coisas em si, que em princípio devem ser irreconhecíveis, mas mesmo assim pensáveis como existentes (e até mesmo capazes de causar a afeição de nossos sentidos!). Para Peirce, o anseio por cognição tem um alcance igual ao do anseio de verdade de hipóteses sensatas; e uma cognição, como se mencionou, que não tenha o caráter explícito ou implícito de uma conclusão hipotética, simplesmente não pode existir, para Peirce.

Os argumentos senso-críticos de Peirce contra o conceito de coisas em si incognoscíveis — que infelizmente não podem ser apresentados aqui — incluem-se a meu ver entre os mais fortes já apresentados contra Kant, desde Jacobi⁴⁰. Ainda mais convincente, a meu ver, é sua transformação positiva da distinção kantiana, que presta contas aos motivos justificados de Kant, sem estar submetida às

40. Cf. p. ex. as seguintes argumentações de 1905 (5.525): “Kant (whom I more than admire) is nothing but a somewhat confused pragmatist... but in half a dozen ways the *Ding an sich* has been proved to be nonsensical, and here is another way. It has been shown (3.417 ff.) that in the formal analysis of a proposition, after all that words can convey has been thrown into the predicate, there remains a subject that is indescribable and that can only be pointed at or otherwise indicated, unless a way of finding what is referred to, be prescribed. The *Ding an sich*, however, can neither be indicated nor found. Consequently, no proposition can refer to it, and nothing true or false can be predicated of it. Therefore, all references to it must be thrown out as meaningless surplusage. But when this is done, we see clearly that Kant regards Space, Time, and his Categories just as everybody else does, and never doubts or has doubted their objectivity. His limitation of them to possible experience is pragmatism in the general sense, and the pragmatist, as fully as Kant, reorganizes the mental ingredient in these concepts (...).” Cf. 5.452.

dificuldades proporcionadas por eles: pois ao invés de distinguir entre objetos cognoscíveis e incognoscíveis, Peirce distingue, sim, entre reais cognoscíveis ao longo do tempo e o já factualmente conhecido, sob a ressalva da falibilidade⁴¹. (A problemática das coisas-em-si incognoscíveis transforma-se com isso na *problemática da aproximação infinita* — e também cravada de paradoxos —, tal como já ocorrera outrora no caso da pressuposta convergência entre princípios constitutivos e reguladores.)

2) Contudo, o "idealismo transcendental" de Kant — ou seja: justamente a distinção entre coisas em si incognoscíveis, que afetam os sentidos, e fenômenos que de acordo com sua estrutura formal são pré-determinados pelo entendimento — ora, esse "idealismo transcendental" kantiano é o pressuposto para uma reviravolta copernicana. Como Peirce pode recorrer a eles e mesmo assim refutar a distinção kantiana? — Resposta: Peirce, como sugerimos, não reivindica a reviravolta copernicana para o entendimento como *patrimônio de princípios*, mas a reivindica para o entendimento como *patrimônio de conclusões sintéticas*. Portanto, ele pode, a meu ver, manter para si a principal conquista de Kant, a fundação transcendental da objetividade possível da *science* em geral⁴², e não obstante postular a possibilidade de uma correção empírica de *todas as proposições*, como hipóteses, com base no encontro com o ser-assim qualitativo do real no aqui e agora⁴³.

3) Finalmente, no que diz respeito à fusão dos princípios da ciência em uma *lé prática*⁴⁴, censurada por Murphey, essa posição

41. P. ex., cf. CP, 5.257, 5.310.

42. Em 1909, com olhar retrospectivo sobre o tempo do surgimento do pragmatismo no "Metaphysical Club" em Cambridge, Peirce escreve: "Ao longo daqueles anos, meu kantismo diluiu-se em pequenas dimensões. Ele era pouco mais que um filete — mas um filete férreo, de qualquer maneira" (cit. cf. M. Fisch, "Was there a Metaphysical Club?", in: Eduard C. Moore e Richard S. Robin (eds.), *Studies in the Philosophy of Ch. S. Peirce*, second series, The University of Massachusetts Press/Amherst, 1964, pp. 24-29).

43. V. pp. 193ss. acima, sobre a relevante função epistemológica dos "índices" e "ícones".

44. Peirce escreve em 1861: "(...) Faith is not peculiar to or more needed in one province of thought than in another. For every premiss we require faith and no where

do jovem Peirce também corresponde à sua definitiva transformação pragmática do kantismo: a distinção kantiana entre razão teórica e prática, rejeitada expressamente por Peirce já em 1861, ele também não a pôde admitir mais tarde, ao menos no sentido proposto por Kant, já que o processo histórico, cujo fim situa-se no futuro, implica para ele um engajamento moral e social de todos os membros da *community of investigators*, justamente por causa do *falibilismo* ou *meliorismo* de todas as *convicções*⁴⁵. Com a distinção entre *noumena* e *phainomena* em sentido kantiano, também fica descartada para Peirce a distinção entre *princípios regulativos* e *postulados morais*, em sentido kantiano: o próprio *processo cognitivo* ilimitado, como processo social real, cuja saída factual é incerta, constitui-se ao mesmo tempo em objeto da lógica e da ética.

Nessa altura, portanto, a transformação semiótica do “ponto mais alto” da “lógica transcendental” alcança em Peirce seu ponto mais alto, no postulado do “socialismo lógico”⁴⁶, como veio a ser chamado mais tarde: para Peirce, quem quer se comportar de maneira lógica, no sentido da lógica sintética da experiência possível, precisa sacrificar todos os interesses particulares de sua finitude, até mesmo o interesse existenciário (em sentido kierkegaardiano) pela salvação de *sua* alma, e fazê-lo em prol do interesse da “*community* ilimitada” que pode, só ela, alcançar o objetivo da verdade:

“He who would not sacrifice his own soul to save the whole world, is illogical in all his inferences, collectively. So the social principle is rooted intrinsically in logic”⁴⁷.

Ao contrário de W. James, que em seu ensaio “The Will to believe”, de 1897, explora a divergência entre o interesse de fé sub-

else is there any room for it. This is overlooked by Kant and others who drew a distinction between knowledge and faith.” (cit. cf. Murphey, op. cit., pp. 26s.)

45. Mais tarde, Peirce não utiliza mais a palavra “faith” para convicções científicas, mas apenas “belief”. V. p. ex. o famoso artigo “The Fixation of Belief” de 1877 (5.358-387).

46. Quanto a isso, v. G. Wartenberg, *Logischer Sozialismus. Die Transformation der Kantschen Transzendentalphilosophie durch Ch. S. Peirce*, Tese de doutorado da Universidade de Kiel 1969, Frankfurt 1971.

47. CP, 5.534; v. parágrafos ss., bem como 2.654s.

jetivo do indivíduo finito e a possibilidade de verdade científica, o jovem Peirce, do ponto de vista da práxis, exige ao menos a identificação, postulada por via lógica, do indivíduo com o interesse da *indefinite community*; pois do processo ilimitado de pesquisa, em favor do qual os seres humanos devem engajar-se, ele também espera a racionalização das formas de comportamento humano ("habits")⁴⁸, que de sua parte, e como complemento das leis da natureza, devem consumir a racionalização do universo. Também esse último raciocínio da ética, lógica da pesquisa e metafísica peirceanas é uma transformação conseqüente de Kant, cujo "imperativo categórico" tem a seguinte formulação, em sua versão especulativa:

"Age de modo que a máxima de tua ação deva tornar-se, pela tua vontade, a regra universal da natureza"⁴⁹.

48. Para uma crítica do "cientificismo" peirceano, v. G. Wartenberg, op. cit.; v. ainda minha "Introdução" a Peirce *Schriften II*, ed. cit., e meu artigo "Szientismus oder transzendente Hermeneutik?", loc. cit.

49. Kant, *Grundlegung der Metaphysik der Sitten*, A. e B., p. 52.